

No. 28027

**BRAZIL
and
ECUADOR**

Agreement relating to cooperation in the field of telecommunications, supplementary to the Basic Agreement on technical cooperation. Signed at Brasília on 9 February 1982

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 18 April 1991.

**BRÉSIL
et
ÉQUATEUR**

Accord dans le domaine de la coopération en matière de télécommunications, complémentaire à l'Accord de base de coopération technique. Signé à Brasília le 9 février 1982

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 18 avril 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERACÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR SOBRE COOPERACÃO NO CAMPO DAS TELECOMUNICAÇÕES

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Equador,

OE CONFORMIDADE com os princípios enunciados no Acordo Básico de Cooperação Técnica, concluído a 9 de fevereiro de 1982,

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes concordam em estabelecer um mecanismo de cooperação no campo das telecomunicações.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa, como autoridade responsável pela execução do presente Ajuste, o Ministério das Comunicações e o Governo da República do Equador designa, com a mesma finalidade, o Ministério de Obras Públicas.

ARTIGO III

A cooperação mencionada no Artigo I se desenvolverá em áreas afins de competência das autoridades mencionadas no Artigo II, mediante o intercâmbio de experiências e/ou a prestação de serviços técnicos.

ARTIGO IV

1. O Ministério das Obras Públicas do Equador designa o Instituto Equatoriano de Telecomunicações - IETEL - como a entidade equatoriana responsável pela execução dos projetos e/ou programas desenvolvidos em cumprimento do presente Ajuste, sujeito às normas legais vigentes no país.

2. O Ministério das Comunicações do Brasil designará, oportunamente, por via diplomática, as entidades às quais confie a execução dos projetos e/ou programas.

3. As entidades às quais for confiada a execução de atividades de cooperação técnica fornecerão o pessoal qualificado necessário para a realização dos programas específicos.

4. As entidades que receberem a cooperação prevista neste Ajuste proporcionarão o pessoal qualificado necessário para o cumprimento dos programas específicos.

ARTIGO V

1. No quadro dos objetivos assinalados no Plano Quinquenal de Desenvolvimento das Telecomunicações do Equador, a cooperação prevista no presente Ajuste poderá ser concretizada através do envio de missões técnicas de especialistas e da realização de cursos e/ou práticas de especialização, de maneira a cobrir, entre outras, as seguintes áreas:

- a) desenvolvimento industrial e tecnológico;
- b) planos e estratégias regionais;

- c) supervisão de operações;
- d) organização gerencial;
- e) capacitação de pessoal em telecomunicações;
- f) controle e avaliação de projetos;
- g) fornecimento de documentação técnica.

2. Os serviços técnicos previstos no Artigo III poderão cobrir, entre outras, as seguintes áreas de serviços de telecomunicações:

- a) demanda telefônica;
- b) telefonia rural;
- c) comunicações internas por satélite;
- d) transmissão de dados;
- e) planos básicos de telecomunicações;
- f) planejamento e controle, planejamento técnico, planejamento operacional e supervisão de implantação;
- g) sistema normativo de materiais, equipamentos e serviços;
- h) organização de centros operacionais;
- i) planejamento para ampliação e modernização de redes;
- j) implantação e consolidação de sistemas de treinamento;
- k) serviço de radiodifusão sonora e de som e imagem (TV).

3. Estas relações poderão ser ampliadas ou reduzidas a critério das Partes, por via diplomática.

ARTIGO VI

1. O Ministério das Comunicações do Brasil e o Ministério de Obras Públicas do Equador estabelecerão, através das entidades mencionadas no Artigo IV, um programa de trabalho que definirá as modalidades e as áreas específicas de cooperação referidas no Artigo V.

2. Este programa deverá ser revisado anualmente através de solicitação encaminhada por via diplomática.

3. Os gastos decorrentes do envio de missões, viagens internacionais e nacionais, intercâmbio de especialistas e técnicos, prestação de serviços, provimento de material e equipamentos especializados, auxílios financeiros, salários e benefícios sociais, bem como assistência médica e hospitalar serão repartidos entre as autoridades mencionados no Artigo II. A forma dessa repartição será objeto de um Plano de Operações, o qual será negociado por via diplomática para cada projeto e/ou programa específico.

4. O Plano de Operações mencionado no parágrafo 3 conterá as condições e os termos de referência dos projetos e/ou programas estabelecidos conforme o presente Ajuste.

ARTIGO VII

Com base na informação mencionada no Artigo anterior, as entidades responsáveis pela execução dos programas ou projetos acordados entre as Partes elaborarão relatórios anuais que reflitam seu progresso e os apresentarão, por via diplomática, às autoridades responsáveis por seu controle, em conformidade com as disposições vigentes em cada país.

ARTIGO VIII

As entidades às quais pertençam os especialistas enviados em missões assumirão a responsabilidade civil, exceto em casos ilícitos, por danos que possam resultar de atos praticados por tais funcionários.

ARTIGO IX

As duas Partes procurarão incentivar o comércio bilateral de equipamentos e serviços na área de telecomunicações, e para tal fim manterão um intercâmbio adequado de informações, por via diplomática.

ARTIGO X

As autoridades mencionadas no Artigo II comprometem-se a não divulgar a terceiros, sem mútuo consentimento, os documentos enviados para a aplicação do presente Ajuste, bem como os resultados das pesquisas científicas e tecnológicas decorrentes dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do presente Ajuste.

ARTIGO XI

Com referência aos procedimentos pertinentes à elaboração e execução de projetos e/ou programas, serão adotadas, de comum acordo, as normas e práticas vigentes em ambos os países ou aquelas internacionalmente reconhecidas.

ARTIGO XII

1. No caso de as Partes se verem impedidas, por motivos de força maior, de cumprir com as obrigações decorrentes do presente Ajuste, sua aplicação será suspensa pelo prazo que se fizer necessário.

2. A decisão de solicitar a suspensão da aplicação do presente Ajuste será comunicada por via diplomática com uma antecedência mínima de sessenta dias a partir da data em que a suspensão deva se efetivar.

ARTIGO XIII

O presente Ajuste aplicar-se-á a partir da data de entrada em vigor do Acordo Básico de Cooperação Técnica, terá uma duração de dois anos, renovando-se automaticamente por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes decida denunciá-lo. Neste caso, a denúncia surtirá efeito sessenta dias depois de recebida a notificação, por via diplomática.

Feito em Brasília, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1982, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:
[Signed — Signé]
RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pelo Governo
da República do Equador:
[Signed — Signé]
LUÍS VALENCIA RODRÍGUEZ

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

AJUSTE COMPLEMENTARIO AL ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR SOBRE COOPERACIÓN EN EL CAMPO DE LAS TELECOMUNICACIONES

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Ecuador,

DE CONFORMIDAD con los principios enunciados en el Acuerdo Básico de Cooperación Técnica, concluido el 9 de febrero de 1982,

ACUERDAN lo siguiente:

ARTICULO I

Las Partes Contratantes convienen en establecer un mecanismo de colaboración en el campo de las telecomunicaciones.

ARTICULO II

El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa como autoridad responsable de la ejecución del presente Ajuste al Ministerio de Comunicaciones, y el Gobierno de la República del Ecuador designa, con la misma finalidad, al Ministerio de Obras Públicas.

ARTICULO III

La colaboración mencionada en el Artículo I se desarrollará en áreas afines de competencia de las autoridades mencionadas en el Artículo II, mediante intercambio de experiencias y/o prestación de servicios técnicos.

ARTICULO IV

1. El Ministerio de Obras Públicas del Ecuador designa al Instituto Ecuatoriano de Telecomunicaciones - IETEL como la entidad ecuatoriana responsable por la ejecución de los proyectos y/o programas desarrollados en cumplimiento al presente Ajuste, con sujeción a las normas legales vigentes en el país.

2. El Ministerio de Comunicaciones del Brasil designará, oportunamente, por la vía diplomática, a las entidades a las que confiare la ejecución de los proyectos y/o programas.

3. Las entidades a las cuales sea confiada la ejecución de actividades de cooperación técnica suministrarán el personal calificado necesario para la realización de los programas específicos.

4. Los organismos que reciban la cooperación que se prevé en este Ajuste proporcionarán el personal de contraparte calificado necesario para el cumplimiento de los programas específicos.

ARTICULO V

1. Dentro del marco de los objetivos señalados en el Plan Quinquenal de Desarrollo de las Telecomunicaciones del Ecuador, la cooperación prevista en el presente Ajuste podrá ocurrir a través del envío de misiones técnicas de especialistas

y realización de cursos y/o prácticas de especialización, de manera a cubrir, entre otras, las áreas siguientes:

- a) desarrollo industrial y tecnológico;
- b) planes y estrategias regionales;
- c) supervisión de operaciones;
- d) organización gerencial;
- e) capacitación de personal en telecomunicaciones;
- f) control y evaluación de proyectos;
- g) provisión de documentación técnica.

2. Los servicios técnicos previstos en el Artículo III podrán cubrir, entre otras, las siguientes áreas de los servicios de telecomunicaciones:

- a) demanda telefónica;
- b) telefonía rural;
- c) comunicaciones nacionales por satélite;
- d) transmisión de datos;
- e) planes básicos de telecomunicaciones;
- f) planeamiento y control, planeamiento técnico, planeamiento operacional y supervisión de implantación;
- g) sistema normativo de materiales, equipos y servicios;
- h) organización de centros de operaciones;
- i) planeamiento para ampliación y modernización de redes;

j) implantación y consolidación de sistemas de entrenamiento;

k) servicio de radiodifusión sonora y de sonidos e imágenes (TV).

3. Estas relaciones podrán ser ampliadas o reducidas, a criterio de las Partes, por vía diplomática.

ARTICULO VI

1. El Ministerio de Comunicaciones del Brasil y el Ministerio de Obras Públicas del Ecuador, a través de las entidades mencionadas en el Artículo IV, establecerán un programa de trabajo que definirá las modalidades y las áreas específicas de cooperación referidas en el Artículo V.

2. Este programa deberá ser revisado anualmente a través de solicitud encaminada por vía diplomática.

3. Los gastos derivados del envío de misiones, viajes internacionales y nacionales, intercambio de especialistas y técnicos, prestación de servicios, provisión de material y equipos especializados, viáticos, salarios y beneficios sociales, así como asistencia médica y hospitalaria, serán repartidos entre las autoridades mencionadas en el Artículo II. La forma de repartición será objeto de un Plan de Operaciones, el cual será negociado por vía diplomática para cada proyecto y/o programa específico.

4. El Plan de Operaciones mencionado en el párrafo 3 contendrá las condiciones y los términos de referencia de los proyectos y/o programas establecidos en conformidad con el presente Ajuste.

ARTICULO VII

En base a la información mencionada en el Artículo anterior, asimismo, las entidades responsables de la ejecución de los programas y/o proyectos acordados entre las Partes elaborarán informes anuales que reflejen su estado de progreso y los presentarán, por la vía diplomática, a las respectivas autoridades responsables de su control, de conformidad a las disposiciones vigentes en cada país.

ARTICULO VIII

Las entidades a que pertenezcan los especialistas en misión asumirán la responsabilidad civil, excepto en casos ilícitos, por daños que puedan resultar de actos practicados por dichos funcionarios.

ARTICULO IX

Las dos Partes procurarán incentivar el comercio bilateral de equipos y servicios en el área de telecomunicaciones, a cuyo efecto mantendrán un adecuado intercambio de informaciones por la vía diplomática.

ARTICULO X

Las autoridades mencionadas en el Artículo II se comprometen a no divulgar a terceros, sin mutuo consentimiento, los documentos que les sean enviados para la aplicación del presente Ajuste, así como los resultados de las investigaciones científicas y tecnológicas obtenidos de los trabajos desarrollados en el ámbito del presente Ajuste.

ARTICULO XI

Con referencia a procedimientos de ejecución y ordenación de procesos para la elaboración de proyectos y/o programas, serán adoptadas, de común acuerdo, las normas y prácticas vigentes en ambos países o las internacionalmente reconocidas.

ARTICULO XII

1. En caso de que las Partes se vean impedidas, por motivos de fuerza mayor, de cumplir con las obligaciones derivadas del presente Ajuste, la aplicación del mismo será suspendida por el plazo que fuera necesario.

2. La decisión de solicitar la suspensión de la aplicación del presente Ajuste será comunicada por vía diplomática con una antelación mínima de sesenta días a la fecha en que la suspensión se hará efectiva.

ARTICULO XIII

El presente Ajuste se aplicará a partir de la fecha de entrada en vigor del Acuerdo Básico de Cooperación Técnica y tendrá una vigencia inicial de dos años, siendo renovado, tacitamente, por periodos iguales y sucesivos hasta que cualquiera de las Partes decida denunciarlo. En este caso, la denuncia surtirá efecto sesenta días después de recibida la notificación por vía diplomática.

Hecho en Brasilia, a los 9 días del mes de febrero de 1982, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa del Brasil:

[*Signed — Signé*]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Por el Gobierno
de la República del Ecuador:

[*Signed — Signé*]

LUÍS VALENCIA RODRÍGUEZ

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF ECUADOR RELATING TO COOPERATION IN THE FIELD OF TELECOMMUNICATIONS, SUPPLEMENTARY TO THE BASIC AGREEMENT ON TECHNICAL COOPERATION²

The Government of the Federative Republic of Brazil and
The Government of the Republic of Ecuador,

In conformity with the principles set forth in the Basic Agreement on Technical Cooperation concluded on 9 February 1982,²

Agree as follows:

Article I

The Contracting Parties hereby decide to establish machinery for cooperation in the field of telecommunications.

Article II

The Government of the Federative Republic of Brazil designates the Ministry of Communications as the authority responsible for the implementation of this Agreement, and the Government of the Republic of Ecuador designates for the same purpose the Ministry of Public Works.

Article III

The cooperation to which article I refers shall take place in the related areas of competence of the authorities mentioned in article II through an exchange of experience and/or the provision of technical services.

Article IV

1. The Ministry of Public Works of Ecuador shall designate the Ecuadorian Telecommunications Institute (IETEL) as the Ecuadorian entity responsible for the implementation of the projects and/or programmes carried out under this Agreement, in accordance with the legal norms in force in the country.

2. The Ministry of Communications of Brazil shall designate, in a timely manner and through the diplomatic channel, the entities responsible for the implementation of the projects and/or programmes.

3. The entities to which the performance of technical cooperation activities is entrusted shall provide the qualified staff necessary for carrying out particular programmes.

¹ Came into force on 20 June 1984, the date of entry into force of the Basic Agreement on technical cooperation, in accordance with article XIII.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 1364, p. 341.

4. The bodies which receive cooperation under this Agreement shall provide the qualified counterpart staff necessary for carrying out individual programmes.

Article V

1. Within the framework of the objectives set forth in the Ecuadorian five-year development plan for telecommunications, the cooperation provided for under this Agreement may include, through the sending of technical specialist missions and the organization of specialized courses and/or practical training, the following areas:

- (a) Industrial and technological development;
- (b) Regional plans and strategies;
- (c) Supervision of operations;
- (d) Management organization;
- (e) Telecommunications training for staff;
- (f) Monitoring and evaluation of projects;
- (g) Provision of technical documents.

2. The technical services envisaged in article III may cover *inter alia*, the following areas of telecommunication services:

- (a) Demand for telephones;
- (b) Rural telephone systems;
- (c) Domestic communications by satellite;
- (d) Data transmission;
- (e) Basic telecommunications plans;
- (f) Planning and monitoring, technical planning, operational planning and supervision of installations;
- (g) Standards for materials, equipment and services;
- (h) Organization of operations centres;
- (i) Planning for network expansion and modernization;
- (j) Introduction and strengthening of training systems;
- (k) Sound broadcasting services and audiovisual services (TV).

3. These exchanges may be added to or curtailed at the discretion of the Parties, through the diplomatic channel.

Article VI

1. The Ministry of Communications of Brazil and the Ministry of Public Works of Ecuador, acting through the entities referred to in article IV, shall establish a programme of work detailing the forms and areas of cooperation described in article V.

2. This programme shall be reviewed annually upon request transmitted through the diplomatic channel.

3. Expenditures arising from the sending of missions, international and domestic travel, the exchange of specialists and technical personnel, the provision of

services, the provision of special machinery and equipment, subsistence allowances, salaries and social benefits, and medical and hospital services shall be apportioned between the authorities referred to in article II. The manner of apportionment shall be the subject of a plan of operations, which shall be negotiated through the diplomatic channel for each individual project and/or programme.

4. The plan of operations referred to in paragraph 3 shall contain the conditions and terms of reference of the projects and/or programmes established under this Agreement.

Article VII

On the basis of the information referred to in the preceding article, the entities responsible for the implementation of the programmes and/or projects agreed upon by the Parties shall prepare annual progress reports and shall transmit them, through the diplomatic channel, to the respective authorities responsible for reviewing them, in accordance with the provisions in force in each country.

Article VIII

The entities to which specialists on mission are attached shall assume civil liability, except in cases of unlawful conduct, for any damage that may result from the acts of those employees.

Article IX

The two Parties shall endeavor to promote bilateral trade in equipment and services in the area of telecommunication, to which end they shall maintain a sufficient exchange of information through the diplomatic channel.

Article X

The authorities referred to in article II undertake not to supply to third parties, in the absence of mutual agreement, any documents transmitted pursuant to this Agreement or the results of scientific and technological research carried out within the framework of this Agreement.

Article XI

With reference to the procedures for the preparation and implementation of projects and/or programmes, the norms and practices prevailing in both countries or those recognized internationally shall be adopted by mutual agreement.

Article XII

1. If, for reasons of *force majeure*, the Parties are prevented from fulfilling their obligations under this Agreement, the application of the Agreement shall be suspended for as long as is necessary.
2. The decision to request that the application of this Agreement be suspended shall be communicated through the diplomatic channel at least 60 days before the suspension is due to become effective.

Article XIII

This Agreement shall be applicable from the date of the entry into force of the Basic Agreement on Technical Cooperation, shall be valid for an initial term of two years and shall be automatically renewed for similar, consecutive terms until such

time as either of the Parties decides to terminate it. In that event, it shall cease to be effective 60 days after the receipt of the notice of termination through the diplomatic channel.

DONE at Brasília, on 9 February 1982, in duplicate in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

[*Signed*]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

For the Government
of the Republic of Ecuador:

[*Signed*]

LUÍS VALENCIA RODRÍGUEZ

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE DE L'ÉQUATEUR DANS LE DOMAINE DE LA
COOPÉRATION EN MATIÈRE DE TÉLÉCOMMUNICATIONS,
COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE DE COOPÉRA-
TION TECHNIQUE²

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et
Le Gouvernement de la République de l'Equateur,
Conformément aux principes de l'Accord de base de coopération technique,
conclu le 9 février 1982²,

Conviennent de ce qui suit :

Article premier

Les Parties contractantes décident de créer un mécanisme de coopération dans
le domaine des télécommunications.

Article II

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne, comme auto-
rité responsable de l'exécution du présent Accord, le Ministère des communications
et le Gouvernement de la République de l'Equateur désigne, à ce même titre, le
Ministère des travaux publics.

Article III

La coopération visée à l'article premier s'exerce, dans les sphères de com-
pétence des autorités mentionnées à l'article II, au moyen d'échanges de données
d'expérience ou de prestation de services techniques.

Article IV

1. Le Ministère équatorien des travaux publics désigne l'Institut équatorien
des télécommunications (IETEL) comme organisme équatorien responsable de l'exé-
cution des projets et programmes mis en œuvre en application du présent Accord et
conformément aux normes légales en vigueur dans le pays.

2. Le Ministère brésilien des communications désigne, en temps opportun,
par la voie diplomatique, les organismes auxquels il confie l'exécution des projets et
programmes.

3. Les organismes auxquels est confiée l'exécution des activités de coopéra-
tion technique fournissent le personnel qualifié nécessaire à la réalisation des pro-
grammes spécifiques.

¹ Entré en vigueur le 20 juin 1984, date de l'entrée en vigueur de l'Accord de base de coopération technique,
conformément à l'article XIII.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1364, p. 341.

4. Les organismes qui bénéficient de la coopération prévue par le présent Accord fournissent le personnel qualifié nécessaire à l'exécution des programmes spécifiques.

Article V

1. Dans le cadre des objectifs mentionnés dans le Plan quinquennal équatorien de développement des télécommunications, la coopération prévue par le présent Accord peut s'exercer en détachant des missions techniques composées de spécialistes ou en organisant des cours et stages de spécialisation, de manière à traiter notamment des domaines suivants :

- a) Promotion industrielle et technologique;
- b) Plans et stratégies régionales;
- c) Supervision de l'exploitation;
- d) Organisation de la gestion;
- e) Formation de personnel en matière de télécommunications;
- f) Contrôle et évaluation de projets;
- g) Fourniture de documentation technique.

2. Les services techniques visés à l'article III peuvent notamment porter sur les domaines suivants en matière de télécommunications :

- a) Etudes de la demande de services téléphoniques;
- b) Téléphonie rurale;
- c) Communications intérieures par satellite;
- d) Transmission de données;
- e) Plans de base;
- f) Planification et contrôle, planification technique, planification opérationnelle et supervision des installations;
- g) Normalisation des matériels, équipements et services;
- h) Organisation de centres d'exploitation;
- i) Planification pour l'extension et la modernisation des réseaux;
- j) Mise en place et consolidation de systèmes de formation;
- k) Radiodiffusion sonore et audiovisuelle (télévision).

3. Ces rapports de coopération peuvent être étendus ou réduits, selon qu'en décideront les Parties, par la voie diplomatique.

Article VI

1. Le Ministère brésilien des communications et le Ministère équatorien des travaux publics élaborent, par l'intermédiaire des organismes mentionnés à l'article IV, un programme de travail définissant les modalités et les domaines spécifiques de coopération dont il est fait état à l'article V.

2. Ce programme doit être révisé chaque année sur présentation d'une demande acheminée par la voie diplomatique.

3. Les frais nécessaires au détachement de missions, aux déplacements internationaux et locaux, à l'échange de spécialistes et d'experts, à la fourniture de matériel et d'équipements spécialisés, à l'assistance financière, aux traitements et avantages sociaux, ainsi qu'aux soins médicaux et à l'hospitalisation, sont répartis entre

les organismes dont il est fait mention à l'article II, selon la formule prévue dans un cahier des charges négocié par la voie diplomatique pour chaque projet ou programme.

4. Le cahier des charges mentionné au paragraphe 3 ci-dessus contient les conditions et spécifications de chaque projet ou programme établi conformément au présent Accord.

Article VII

En se fondant sur les informations mentionnées à l'article précédent, les autorités chargées de l'exécution des programmes ou projets convenus par les Parties élaborent des rapports semestriels sur l'état d'avancement de leurs travaux et elles les présentent, par la voie diplomatique, au contrôle des autorités dont elles relèvent, conformément aux dispositions légales en vigueur dans chaque pays.

Article VIII

Les organismes auxquels appartiennent les spécialistes détachés en mission assument la responsabilité civile des dégâts éventuellement causés par les actes desdits spécialistes, sauf dans le cas d'actes illicites.

Article IX

Les deux Parties favorisent le commerce bilatéral de matériel et de services dans le domaine des télécommunications et, à cette fin, elles échangent les informations voulues, par la voie diplomatique.

Article X

Les autorités dont il est fait mention à l'article II s'engagent à ne pas divulguer à des tiers, sans en être convenues d'un commun accord, les documents dont ils sont saisis au titre de l'exécution du présent Accord, ni les résultats des travaux de recherche scientifique et technologique réalisés dans le cadre dudit Accord.

Article XI

Les procédures relatives à l'élaboration et l'exécution des projets et programmes doivent être adoptées d'un commun accord et répondre aux normes et pratiques en vigueur dans les deux pays ou généralement admises à l'échelle internationale.

Article XII

1. Chaque fois que les Parties sont empêchées par des raisons de force majeure de s'acquitter des obligations découlant du présent Accord, celui-ci cesse de s'appliquer pendant le laps de temps nécessaire.

2. Toute demande visant à suspendre l'application du présent Accord doit être notifiée, par la voie diplomatique, soixante jours au moins avant la date à laquelle la suspension doit prendre effet.

Article XIII

Le présent Accord entre en vigueur à la même date que l'Accord de base de coopération technique; il a une durée de trois ans et il est renouvelable par tacite reconduction pour des périodes successives d'égale durée, à moins que l'une ou

l'autre des Parties ne le dénonce, auquel cas la dénonciation déploie ses effets soixante jours après la date à laquelle elle a été reçue par la voie diplomatique.

FAIT à Brasília, le 9 février 1982, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

[*Signé*]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pour le Gouvernement
de la République de l'Équateur :

[*Signé*]

LUÍS VALENCIA RODRÍGUEZ
